

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 144.ª Sessão Ordinária
Realizada em 2 de setembro de 1971 — (Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Nelson Buffara, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Cricóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santo Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO,

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Do Senhor Martin A. Charwat, comunicando a esta Casa que no dia 06 vindouro, deixará as suas funções de Adido Cultural da Embaixada dos Estados Unidos em Curitiba, passando as mesmas ao Senhor William Graves.

— Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 673-71, do Senhor Vereador Edgard Dantas Pimentel, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando a aprovação de proposição a inserção em Ata de um voto de descontentamento à iniciativa do Senhor Deputado Paulo Poli, que pretende a formação de uma Comissão Especial com a finalidade de estudar a transferência da Capital do Estado para o Município de Campo Mourão. — Ao conhecimento da Casa e do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 199-71, do Senhor Doutor Felix Eugênio Reichert, Presidente da Câmara de Vereadores do Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, comunicando haver sido aprovado por unanimidade requerimento do Senhor Vereador Wilson Pires Achutti, consubstanciado em voto de congratu-

lações ao Senhor Presidente desta Casa, pela maneira brilhante como se portou no decorrer do 1.º Encontro Regional de Presidentes de Assembléias Legislativas. — **Ao conhecimento do Senhor Presidente.**

Sob o n. 89.71, do Senhor Luiz N. Kokubo, Presidente do Diretório Acadêmico "Guido Straube", convidando a Presidência desta Casa, para participar das solenidades dos I Jogos Paranaenses de Odontologia. — **Ao conhecimento do Senhor Presidente.**

Da família Losso, expressando sensibilizados agradecimentos, pela aprovação em Plenário de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Doutor Luiz Losso Filho. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário,

REQUER:

A inserção em Ata dos trabalhos do dia de hoje, de um voto de louvor e agradecimentos ao Engenheiro Maurílio da Silva Correa, Diretor Técnico do DER, pela sua atuação frente a esta Diretoria Técnica, e à atenção que o mesmo vem dispensando às cidades do "Norte Pioneiro", no que tange a problemas relacionados a construção, recuperação e conservação das estradas da região, principalmente no tocante ao asfaltamento da PR-1, ligado as cidades de Jaguariaíva a Santo Antônio de Platina e prosseguimento ainda do asfaltamento da BR-153.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, sejam oficiados o Exmo. Sr. Governador do Estado, Secretário dos Transportes, Diretor Geral do DER, e o homenageado.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1971.

(aa) **Gabriel Manoel e Aguinaldo Pereira Lima.**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos do R.I., requer sejam suspensos os Trabalhos da Casa nos dias 6, 9 e 10 do corrente mês de setembro.

A medida se justifica, considerando que durante a semana da Pátria, além do dia 7, comemorativo à Independência do Brasil, dia 8 é, em Curitiba, dia santificado, comemorativo ao Dia da Padroeira Nossa Senhora da Natividade.

É oportunidade para que os senhores Deputados visitem as suas Regiões.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1971.

(a) **Paulo Poli.**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que o mesmo determine providências para os reparos que se fazem necessários na Rodovia "Engenheiro Osvaldo Pacheco de Lacerda" -- PR-86, no trecho entre Cianorte e Tapejara.

O referido trecho de rodovia, devido ao péssimo estado de conservação das pistas e acostamento, vem provocando constantes acidentes automobilísticos, inclusive alguns fatais.

Esta situação já provocou, por outro lado, manifestação da Câmara Municipal de Cianorte, que deverá encaminhar, no mesmo sentido, apelo àquela titular do DER.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1971.

(a) — **Hélio Manfrinato**

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há cradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente. Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 215-70, de autoria do Dep. Eron-dy Silvério, fica denominado "Vereador Dino Gasparin" o Grupo Escolar da Vila Hauer, nesta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 280-70, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 40,00 a Theodoro Meira. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11-71 de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública, a "Escola 29 de Março", de Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGENCIA.** — **Aprovado.**

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59-71, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo a entregar 20% da taxa Rodoviária Única, prevista no Decreto-Lei n.º 999, de 21 de outubro de 1969, aos Municípios, de acordo com a arrecadação da mesma em seus territórios. — Parecer da C.C.J., pela REJEIÇÃO. **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI N. 59-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a entregar, da Taxa Rodoviária Única, prevista no Decreto-Lei n.º 999, de 21 de outubro de 1969, 20% (vinte por cento) aos Municípios, de acordo com a arrecadação da mesma em seus territórios e o restante, 40% (quarenta por cento), ficará com o Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1971.

a) Dep. Alvaro Dias

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa acima objetiva corrigir erro de interpretação contido no artigo 1.º da Lei n.º 6124 de 13 de julho de 1970, relativo às determinações contidas no Decreto Lei n.º 999, de 21 de outubro de 1969. Pela Lei estadual, os Municípios paranaenses recebiam da Taxa Rodoviária Única, apenas 12% (doze por cento) do valor da mesma, constituindo-se, por isso mesmo, em grande injustiça, pois o decreto-lei 999 — que criou esta taxa — é claro quando especifica a cota cabível às comunas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei n.º 59-71

AUTOR: Deputado Alvaro Dias

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a entregar 20% da taxa única, prevista no decreto-lei n.º 999, de 21 de outubro de 1969, aos Municípios, de acordo com a arrecadação da mesma em seus territórios.

PARECER

Visa alterar o percentual destinado aos municípios, relativo à Taxa Rodoviária Única, prevista no Decreto Lei n.º 999 de 21 de outubro de 1969.

Hoje, da Taxa, 40% se destinam à União; 48% ao Estado e 12% aos municípios.

A alteração é para fazer com que se reduza a alíquota do Estado para 40% e se eleve a dos municípios para 20%.

A medida no seu mérito, tem por alcance, ajudar os municípios, dando-lhe maior participação no produto arrecadado, sob a rubrica de "Taxa Rodoviária".

Trata-se, como se vê, de matéria tipicamente financeira. E as leis que sobre elas versem, são de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, segundo artigo 25, parágrafo 1.º, letra "a" da Constituição Estadual.

Assim sendo e em que pese o propósito municipalista, o parecer é **pela rejeição**.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1971.

aa) Muggiati Filho — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Cândido Martins de Oliveira

Emílio Carazzai

Gilberto Carvalho

Sebastião Rodrigues Júnior — Vencido

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141-71, de autoria do Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), à Senhora Francisca Franco de Souza. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 141-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal à Sra. Francisca Franco de Souza.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) à Sra. Francisca Franco de Souza, residente em Bocaiuva do Sul.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da Verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA

Visa o presente plano de Lei, minorar as necessidades que passa a Sra. Francisca Franco de Souza, que é mãe de 7 (sete) filhos e que não conta com o auxílio de seu espôso, José Emino Pereira, que se encontra recluso na Penitenciária de Piraquara, condenado em 22.10.70, pelo juízo da Comarca de Bocaiuva do Sul à cumprir 8 anos de prisão.

Por essa razão é de muita justiça que se conceda a presente pensão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei n.º 141-71

AUTOR: Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal à Francisca Franco de Souza".

P A R E C E R

1.) O Projeto em tela vem articulado e justificado, obedecendo, desta forma, o que preceitua o art 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) Trata-se de mera autorização legislativa e a iniciativa de seu ilustre Autor, segundo o que se depreende da justificativa, é justa e oportuna, pois procura amparar mãe e sete filhos, cujo chefe se encontra recluso em uma das Casas de Correção do Estado, para cumprir pena de 8 anos que lhe foi imposta pelo Judiciário.

3.) Em face de tais circunstâncias, somos pela sua aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Acyr José — Relator

Armando Queiroz

Igo Losso

Arthur de Souza

Gilberto Carvalho

Sebastião Rodrigues Júnior

Muggiati Filho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO de Lei n.º 141-71

AUTOR: Dep. Quielise C. da Silva

SÚMULA: Autoriza o P.E. conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), à Sra. Francisca Franco de Souza, residente em Bocaiúva do Sul.

P A R E C E R

A presente proposição nos convence dado ao seu valor de justiça e humanidade.

No tocante a parte financeira, que cabe esta Comissão opinar, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1971.

aa) **Leopoldo Jacomei** — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Ovidio Franzoni

Santos Lima

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesma, requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que o mesmo determine providências para os reparos que se fazem necessários na Rodovia "Engenheiro Osvaldo Pacheco de Lacerda". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior solicitando seja enviada por esta Casa, Mensagem ao Sr. Governador do Estado, solicitando a interferência do mesmo para a alteração do traçado atual da Rodovia BR.4. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando suspensão dos trabalhos da Casa nos dias 6, 9 e 10 do corrente mês. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado ofício ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal, congratulatório pela sua decisão em baixar a Portaria n.º 2437. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no Jornal "Diário do Paraná", sob o título "Forum Político". — **Aprovado.** — (O artigo a ser transcrito esta contido no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Diretor Técnico do D.E.R., pela sua atuação frente a esta Diretoria Técnica, e à atenção que o mesmo vem dispensando às cidades do "Norte Pioneiro". — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã sexta-feira, dia 3, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada na sessão de ontem.

A Presidência, antes de levantar a sessão, lembra aos Srs. Deputados que amanhã, às 16 horas, haverá uma Sessão Solene em Comemoração à Semana da Pátria.

Levanta-se a sessão.

(Artigo cuja transcrição nos Anais foi aprovado a requerimento do Sr. Deputado Maurício Fruct, na sessão do dia 2 de setembro de 1971).

Três vereadores curitibanos, o presidente da Câmara, Edgar Dantas Pimentel, e seus colegas Arlindo Ribas de Oliveira e João Batista Ginoatto, representaram o Legislativo metropolitano no V Congresso Nacional de Vereadores, que se efetivou de 25 a 29 de agosto p.p. na Capital cearense. O conclave, informa-se, reuniu 250 edis procedentes de 74 municípios diversos do país, e a principal tese aprovada foi a que reivindica o retorno à eleição direta dos prefeitos das Capitais estaduais que desde a Constituição anterior passaram a ser nomeados pelo respectivo governador de Estado, uma vez aprovada pela Assembléia Legislativa a indicação de seu nome. Trata-se, obviamente, de uma tese lógica, se considerado que o eleitorado das metrópoles estaduais é sempre o maior e, pelo menos teoricamente o de maior capacidade política, não se justificando, assim, pelo aspecto do exercício do voto que fique sem o direito democrático que se assegura constitucionalmente mesmo ao eleitorado dos mais subdesenvolvidos e menores municípios, o de eleger diretamente seu governante municipal.

claro está que sob o ponto de vista administrativo o dispositivo constitucional em apreço se justifica pelo fato de ser a Capital estadual a sede do Governo do Estado e pelo de custear este, em nossas metrópoles, vários serviços públicos que normalmente deveriam sê-lo pelos cofres municipais. Mas sempre fica de pé o paradoxo acima apontado, e pelo qual, por exemplo, em nosso Estado, Curitiba, com 600 e tantos mil habitantes e 261.325 eleitores é posto na incapacidade de eleger seu prefeito, enquanto o pequeno município de Quatro Barras, nas proximidades da Capital, com apenas 1.928 eleitores, ou o distante e pequeno Itauna do Sul, no extremo Noroeste do Estado, com escassos 1.037 eleitores podem extrair das urnas o nome de seu governante. O paradoxo se torna ainda maior se considerado que está no impedimento em questão também aquele município metropolitano estadual que abriga em seu território um eleitorado municipal superior em número ao da quase totalidade dos eleitores estaduais do país, o da Capital paulista.

Estas considerações, que realmente abonam a tese adotada no V Congresso Nacional de Vereadores evidentemente não afetam o reconhecimento de que o novo sistema constitucional de escolha de prefeitos metropolitanos tem assegurado não raro boas administrações municipais, como é exemplo nossa Curitiba com os Governos de Ivo Arzua e Omar Sabbag e o que já vem demonstrando em sua gestão o arquiteto Jaime Lerner. Aliás, agora mesmo está exercendo o Governo estadual, e ao que se informa com muita eficiência, o sr. Antonio Carlos Magalhães, escolhido com base no prestígio evidenciado como administrador da Capital baiana. Não faltarão, todavia, exemplos em contrário, a par de exemplos de excelentes administrações por parte de prefeitos escolhidos diretamente pelo voto popular, o que constitui, aliás, o processo constitucional para a quase totalidade dos municípios brasileiros, descontados apenas os das Capitais, alguns considerados estâncias hidrominerais e os capitulados com áreas de interesse da Segurança Nacional.

A propósito de Prefeituras, registre-se aqui que o deputado pernambucano Tales Ramalho, atual secretário-geral do MDB, criticou declarações do ministro Mem de Sá, do Tribunal de Contas da União, a propósito de contas municipais apreciadas pelo órgão, segundo as quais essas contas atestam o despreparo da maioria dos prefeitos brasileiros. Tales considerou tais declarações como visando atingir a toda classe política nacional. E frisou que, no caso, se trata de uma agressão particularmente endereçada à ARENA, uma vez que, revelou, dos quase 4 mil municípios existentes no país, apenas 525 têm prefeitos eleitos pelo MDB, sendo 3.300 governados por prefeitos arenistas, além de cerca de 100 sob intervenção ou controle federal, 21 metropolitanos aprovados pela maioria arenista das Assembleias e 20 outros (os de estâncias hidrominerais) nomeados por governadores da ARENA. Na mesma oportunidade o secretário-geral oposicionista anunciou que sua legenda criou recentemente um Departamento de Assistência Municipal para auxiliar os prefeitos eleitos pelo partido. E disse esperar que o partido majoritário venha a público para defender seus prefeitos e se necessário assessorá-los para que governem bem.

PORTARIA:

PORTARIA N. 462-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.240, de 26 de agosto de 1971, deste Poder,

RESOLVE:

Revogar a Portaria n.º 153-71 de 04 de março de 1971, que designou Carlos Augusto Fernandes para prestar serviços no Gabinete do Deputado Jorge Sato.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de Setembro de 1971.

a) Dorizon Salgado Bueno — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 1.ª LEGISLATURA

ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, às dezessete horas, reuniram-se na Sala das Comissões os membros da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Senhor Deputado Arizone Araújo e com as presenças dos senhores deputados Sebastião Rodrigues, Santos Lima, Marciano Baranluk e Francisco Escorsin. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada sem restrições a Ata da reunião anterior. Em seguida foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 210-70, de autoria do Deputado João Mansur, autorizando o Poder Executivo doar à Sociedade Rural de Guarapuava, uma área de terras com 60.000 m², na forma que especifica. Relator Deputado Sebastião Rodrigues. Parecer favorável — APROVADO. PROJETO DE LEI N. 218-70, de autoria do Deputado Túlio Vargas, autorizando o Poder Executivo doar ao Município de Jataizinho os lotes de terrenos urbanos, na forma que especifica. Relator Deputado Sebastião Rodrigues. Parecer, opinou pela devolução do Projeto ao Departamento Legislativo em virtude de não ser da competência da Comissão analisar a matéria. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 233-70, de autoria do Deputado Túlio Vargas, autorizando o Poder Executivo doar ao Município de Primeiro de Maio, para efeito de construção do Posto de Puericultura, o terreno que especifica. Relator Deputado Francisco Escorsin. Parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 269-70, de autoria do Governo do Estado, Mensagem n.º 34-70, que visa autorizar o Poder Execu-

tivo permutar parte do lote de terreno n.º 125, da quadra 14, com 10,00 metros de frente para a rua Quintino Bocaiuva, com a área de 400,00 metros quadrados, situado na cidade de Cornélio Procopio, de propriedade do Estado, pelo lote n.º 8, da quadra n.º 224, com 12,00 metros de frente e 312,00 metros quadrados de área, situado na Praça do Estudante, da mesma cidade, lote este de propriedade do Senhor Armando José Prado de Paiva. Relator deputado Francisco Escorsini. Parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 43-71, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, autorizando o Poder Executivo doar à Sociedade Procopense de Assistência ao Menor, o terreno que especifica. Relator Deputado Santos Lima. Parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 75-71, de autoria do Deputado Cândido Martins de Oliveira, autorizando o Poder Executivo permutar com o Município de Itapejara D'Oeste, o lote de terreno que especifica. Relator Deputado Sebastião Rodrigues. Parecer, opinou pela devolução do Projeto ao Departamento Legislativo em virtude de não ser de competência da Comissão analisar a matéria. APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Agildes de Oliveira Martins, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

aa) Arizone Araujo — Presidente

Agildes de Oliveira Martins — Secretário

7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 16.a REUNIAO ORDINARIA

As dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, do dia dezoito do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, após o término da Sessão Plenária, na Sala de Reunião da Divisão das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Brandão e presentes os Senhores Deputados: José Muggiati Filho, Acyr José, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Igo Iwant Losso, Gilberto Carvalho, Sebastião Rodrigues Júnior e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zannardini de Camargo. Nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N. 50-71, de autoria do Senhor Deputado Rosário Pitelli. Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Casa de Misericórdia, da cidade de Cornélio Procopio. Relator Deputado Acyr José. Parecer: favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N. 115-71, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para alargamento, cascalhamento e conservação, a estrada que liga o Município de Cruzeiro do Oeste ao de Mariluz. Relator Deputado Acyr José. Parecer: favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N. 106-71, de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella. Autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do Distrito de Riozinho, na forma que especifica. Relator Deputado Acyr José. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 141-71, de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00, à Francisca Franco de Souza, residente em Bocaiuva do Sul. Relator Deputado Acyr José. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 143-71, de autoria do Senhor Deputado Hélio Manfrinato. Autoriza o Poder Executivo construir um prédio de alvenaria destinado à Delegacia de Polícia de Cianorte. Relator Deputado Acyr José. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N. 208-70, de autoria do Senhor Deputado Sílvio Barros. Declara de utilidade pública a Liga de Esportes de Cambé. Relator Deputado Acyr José. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N. 61-69, de autoria do Senhor Deputado Olivir Gabardo. Dá nova redação

ao artigo 26, da Lei n.º 64, de 21 de fevereiro de 1948. (Lei Orgânica dos Municípios). Relator Deputado Acyr José. Requer que seja encaminhado à Comissão Especial da Lei Orgânica dos Municípios. Deferido. 8) — PROPOSIÇÃO N.º 3-71, de autoria do Supremo Tribunal Federal, comurcando que julgou procedente a representação e unânimemente declarou-se pela inconstitucionalidade dos artigos sexto e sétimo da Lei n.º 4, de 28 de fevereiro de 1967. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: pelo arquivamento. Aprovado. O Deputado José Muggiati Filho que havia pedido vistas, devolve-o com seu voto a favor do parecer do Relator. Aprovado. 9) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14-71, de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Revoga-se a Resolução n.º 3, de 22 de janeiro de 1963. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável. Aprovado. 10) — PROPOSIÇÕES N.º 40-71, 53-71, 55-71, 56-71, de autoria do Poder Executivo, encaminhando vetos apostos a diversos Projetos de Lei. Relator Deputado Muggiati Filho. Requer diligência no sentido de ser certificada a data em que o Projeto de Lei foi recebido pelo Poder Executivo, para a sanção. Deferido. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às Proposições n.ºs 37-71, 29-71, 42-71, 44-71, 48-71, 46-71, 49-71, 50-71, 51-71, 52-71 e 54-71, todos concluindo que os vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário, e ainda a Proposição n.º 57-71, que também está em condições de ser apreciada pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão.

aa) Deputado Wilson Brandão — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária

7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA

TERMO DE ATA DA 17.a REUNIÃO ORDINÁRIA

As dezesseis horas e trinta minutos, do dia dezoito de agosto, do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala de Reuniões, da Divisão das Comissões, presentes os Senhores Deputados Wilson Brandão e Gilberto Carvalho, e o Senhor Assessor José Maria Zenardini de Camargo, com o fim de realizarem a 17.a Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Não havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão, não abriu os trabalhos. Nada sendo decidido. O Senhor Presidente solicitou a esta Secretária que fôsse lavrado um Termo de Ata, no qual constasse a relação dos Senhores Deputados presentes à Reunião. O Senhor Presidente determinou, ainda, que fôsse notificada aos Senhor Deputados, a próxima reunião que se realizará no dia vinte e cinco do corrente. Eu, Rita Celestino Soares, Secretária, lavrei o Presente Termo de Ata, que após lido e aprovado por todos os Membros desta Comissão, será assinado por mim, e pelo Senhor Presidente Deputado Wilson Brandão.

aa) Dep. Wilson Brandão — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária

ATA DA 11.a REUNIÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO DE FINANÇAS

1.a Sessão Legislativa — 7.a Legislatura

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se na Sala das Comissões, após a sessão plenária, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do senhor deputado Leopoldo Ja. comel, contando com as presenças dos senhores Deputados: Santos Lima, Paulo Poli, Fuad Nacli, Ovidio Franzoni, Gabriel Manoel e Mauricio Fruet. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse

da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 171.70 — de autoria do senhor Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, em Telêmaco Borba e dá outras providências. Relator senhor deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 201.70 — de autoria do senhor Deputado João Mansur, que transfere ao D.F.R., para fins de conservação e melhoria, as estradas São Mateus, Rebouças e Fluvópolis. Rio Claro do Sul. Malet. Relator senhor Deputado Euad Nacli, parecer favorável. aprovado. PROJETO DE LEI N.º 214.70 — de autoria do senhor Deputado Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de grau secundário em Curitiba. Relator senhor Deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 64.71 — de autoria do senhor Deputado Erondy Silvério, que dispensa das funções sem prejuízo dos vencimentos e vantagens durante o curso, Funcionários Públicos Cíveis e Militares, quando matriculados na Escola Superior de Guerra. Relator senhor deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 106.71 — de autoria do senhor Deputado Domicio Scaramela, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do Distrito de Riozinho, na forma que especifica. Relator senhor Deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 115.71 — de autoria do senhor Deputado Wilson Brandão que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D. F. R., para alargamento, cascalhamento e conservação, a estrada que liga o município de Cruzeiro do Oeste ao de Mariluz. Relator, senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 141.71 — de autoria do senhor Deputado Quielsen Crisóstomo da Silva, que autoriza o P. E. conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinqüenta cruzeiros) à Sra. Francisca Franco de Souza, residente em Bocaíuva do Sul. Relator senhor deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 143.71 — de autoria do senhor deputado Hélio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a construir um prédio de alvenaria destinado a Delegacia de Polícia de Cianorte. Relator senhor deputado Mauricio Fruet, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião da qual para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa.) Leopoldo Jacomet, — Presidente

Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da 22.ª Reunião Ordinária

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e um, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a presidência do senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o senhor Deputado Pinto Dias apresentou Redação Final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 287-70 — de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Associação Curitibana de Ensino, desta Capital. PROJETO DE LEI N.º 65.70 — de autoria do senhor deputado Amadeu Puppi, que autoriza o Poder Executivo a considerar de utilidade pública, o Centro Passionista de Treinamento de Líderes, com sede em Ponta Grossa. PROJETO DE LEI N.º 98.71 — de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que autoriza o Poder Exe.

cutivo a declarar de utilidade pública, a Sociedade Brasileira de Estudos Espíritos, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 51.71 — de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruct, que declara de utilidade pública, a Loja Teosófica do Paraná, com sede e fôro em Curitiba. PROJETO DE LEI N.º 38.71 — de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo doar a Prefeitura de Alto Paraná, a motoniveladora que especifica. PROJETO DE LEI N.º 31.71 — de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que concede a Cidadania Honorária do Paraná, ao Prof. Dr. Honoris Causa Hermann Mathias Goergen. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 31.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Professor Doutor Honoris Causa Hermann Mathias Goergen.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Sala das Comissões, em 27.08.71

aa.) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 38-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Alto Paraná a Motoniveladora marca Adams, motor Grader, Diesel, tipo 550 — n.º 414, de propriedade do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, transferida ao Departamento de Estradas de Rodagem, pelo Decreto n.º 24.618, de 21 de julho de 1959.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 27.08.71

aa.) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 51.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Loja Teosófica do Paraná, com sede e fôro em Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 27.08.71

aa.) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 98.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas (SEBEE), com sede na Vila Tinguí, em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.08.71

aa.) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 65.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Centro Passionista de Treinamento de Líderes", com sede e fóro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.08.71

aa.) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 287.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Associação Curitibaano de Ensino, sediada nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.08.71

aa.) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
A. Maciel Filho

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

Ata da 4.ª Reunião Ordinária

Aos trinta e um dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e um, na Sala de Reuniões da Comissão Técnica, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Lázaro Dumont, presentes os Senhores Deputados Borsari Netto, Gilberto Carvalho e Helio Manfrinatto, havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Lida a ata da Sessão anterior pelo Senhor Secretário, foi a mesma aprovada sem observações. Nada constando do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA: PROJETO DE LEI N.º 9.71 — de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Vilanueva, que autoriza o P. E., para efeito de conservação e melhoria, transferir ao D.E.R., a estrada que liga a cidade de Rolândia a de Astorga, numa extensão de 40 quilômetros, relator Deputado Borsari Netto, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 29.71 — de autoria do Senhor Deputado Rosário Piteli, que transfere para a responsabilidade do S.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Primeiro de Maio a Sertanópolis, relator Dep.

Borsari Netto, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 90.71 — de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à P. R. 74, relator Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 102.71 — de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella, que autoriza o P.E., estadualizar a estrada que liga a sede no Município de Pinhão, na forma que especifica, relator Deputado Borsari Netto, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada será por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente.

aa.) Lázaro Dumont — Presidente

Roberto Diniz Satyro — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1.ª Sessão Legislativa — 7.ª Legislatura

Aos dois dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se na Sala das Comissões, após a sessão plenária, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, contando com as presenças dos Senhores Deputados: Santos Lima, Gabriel Manoel e Fuad Nacli. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 212.70 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, em nova América da Colina. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 216.70 — de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Telemaco Borba. Relator Senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 220.70 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial em Mariluz. Relator Senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 255.70 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Comercial em Tamboara. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 256.70 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes que cria uma Escola Comercial em Itatuna do Sul. Relator Senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 290.70 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Normal, em Itambaracá, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 12.71 — de autoria do Senhor Deputado Francisco Scorsin, que cria na cidade de São Jerônimo da Serra, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, com funcionamento a partir de 1972. Relator Senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 25.71 — de autoria do Senhor Deputado David Federmann que dá nova redação ao item 3.º do artigo 195 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa.) Leopoldo Jacomel — Presidente

Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da Sessão Especial
Realizada em 3 de setembro de 1971 — (Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

As 16,00 horas, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Igo Losso, Emilio Carazzai, Eron-dy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt e Xenofonte Villanueva, além de autoridades Civis, Militares e Eclesiásticas, funcionários e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, verificada a existência de número legal, declaro aberta a presente Sessão Solene, contribuição do Poder Legislativo do Paraná, no sentido de colaborar com os festejos comemorativos de mais um aniversário da emancipação política da República Federativa.

A Presidência tem a honra de convidar os presentes a ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda da Polícia Militar do Estado.

(É executado o Hino Nacional)

Esta Presidência tem a honra e a satisfação de convidar S. Exa. o sr. Governador do Estado, Haroldo Leon Peres, para, a partir deste momento, assumir a Presidência desta Sessão Solene.

(Assume a Presidência o Sr. Haroldo Leon Peres)

O SR. HAROLDO LEON PERES — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alvaro Dias, para falar em nome da Bancada do MDB.

O SR. ALVARO DIAS — Exmo. Sr. Dr. Haroldo Leon Peres, Digníssimo Governador do Estado, que nos honra com a sua presença. Exmo. Sr. Deputado Wilson Fortes, Digníssimo Presidente desta Assembléia Legislativa; Exmo. Sr. Desembargador Alceste Ribas de Macedo, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná; Exmo. Sr. Gal. de Divisão Airton Pereira Tourinho, Comandante da 5a. Região Militar e 5a. Divisão de Infantaria; Exmo. Sr. Roland Zimmermann, Cônsul Geral da Alemanha e Presidente da Sociedade Consular do Paraná; Exmo. Sr. Gal. de Brigada Antônio Ferreira Marques, Comandante da Infantaria Divisionária da 5a. Região Militar; Exmo. Sr. Gal. de Brigada Hermann Bergvist, Comandante da Artilharia Divisionária da 5a. Região Militar; Exmo. Sr. Prof. Algacyr Munhoz Mader, Magnífico Reitor da Universidade do Paraná; Exmo. Sr. Dr. Zeferino Mazzato Krukoski, Presidente do Tribunal de Alçada; Exmo. Sr. Deputado Ivo Tomazoni, 1.º Secretário desta Casa e demais Autoridades.

Nesta Casa de tradições venerandas, viveiro do tribuno, alma de democracia, de onde eclodiram no correr dos anos, ímpetos de entusiasmos, rajadas de heroísmo; cabe-nos nesta oportunidade solene, a responsabilidade honrosa de representar o pensamento do MDB, quando a Pátria se engalana para prestar as mais justas homenagens aos mártires da nossa independência. Lembrar é viver e reviver. A certeza de hoje, nasce da lembrança do ontem. E esta Casa hoje, fonte de recordações, deve transformar-se num dos tempos onde a Pátria possa beber alento, vida ao invés de santos entusiasmos, feito de reverência e coragem que nas épocas mais culminantes da nossa história, nos conduziram às conquistas da liberdade e democracia. INDEPENDÊNCIA... Evoco em teu nome a nossa História, anterior e posterior a 7 de setembro de 1822, sequência soberba de sacrifícios e de sonhos, de decepções e de fé revivida de lances heróicos e trabalho profícuo. INDEPENDÊNCIA... És Ti-radentes, o mártir que foi ao patíbulo na serenidade dos que creem, e na certeza dos que sabem.

És a Lei Áurea da Princesa Isabel, que renunciou a um trono e satisfaz o coração e os impulsos de solidariedade. És Ruy Barbosa, a proclamar a força do Direito e a soberania das ruas e dos campos. És o holocausto na Itália, e cada um daqueles marcos brancos que nos inquietam o sono, nas terríveis advertências que fazem. És a mão calosa do operário que te enobrece, o livro e o riso da criança, a vibração e a pureza do estudante. Por ti, Independência, quantos sustos e esperanças, lágrimas e sonhos, sorrisos e raios de fé, quanto apêto nos corações brasileiros. Quanto inquietação, sobressaltos, clamores de júbilo, queixas de desesperanças. Quantos anos nessa pesada e angustiosa atmosfera moral. Mas também quanta festa cercando vitórias, hinos e flores, entusiasmo de jovens, enternecimento de velhos, enlévo de mulheres coroando espetáculos de heroísmos, alimentando civismo.

Nós, que sonhamos a grandeza de nossa Pátria, aprendamos essa generosa lição para encorajar as nossas energias na pugna pelo mesmo ideal, e completar esta extraordinária missão de independência. Sim, a independência política de um povo jamais será completa, se não vier acompanhada de sua emancipação econômica, de sua liberdade de expressão no respeito aos direitos de cidadãos, no bem estar do seu povo. Só assim teremos o remate da obra de 7 de setembro de 1822.

Desgraçado país o que não pode defender e conservar a sua liberdade e o seu trabalho, e com a sua liberdade e trabalho, a sua honra. Decididamente nenhum país pode se conformar com a condição única de exportador de poupanças, simples fornecedor de matérias primas, paraíso e Eldorado para o capital estrangeiro. Devemos lutar pela nossa emancipação econômica, substituindo sempre a opressão pelo diálogo, o imobilismo pelo trabalho, a desunião pela coexistência pacífica, o medo pela confiança num futuro que tem tudo para ser radioso; as intrigas e as desconfianças pelas tarefas construtivas e saudáveis, a perseguição pela mão estendida, a omissão pela participação, sem os adesismos incondicionais. Não esqueçamos jamais o que na plenitude de nossa responsabilidade na vida pública, devemos às gerações futuras, aos que herdarão de nós este País. O tempo avança inexoravelmente, e nos entregará um dia, para que a história, testemunho de nossas realizações e atitudes, possa nos submeter a julgamento.

Conscientizamo-nos das responsabilidades assumidas. Façamos uma nova política, a verdadeira e sã política, filha da moral e da razão, nacional e não corrilheira, sincera e digna, condenando e abolindo o artifício em que vivemos.

Quantas vezes erramos, pecamos, ultrajamos a Pátria, todos nós, civis e militares, políticos, homens de letras, professores e jornalistas, artistas e operários, pais de família e cidadãos. Uns por maldade ou indiferença, outros por tolerância ou toleância, quase todos desertamos o culto cívico. É dever de todos nós estimular o patriotismo consciente e coesivo, a defender com a disciplina o trabalho, com a força a paz, com a consciência a liberdade, com o culto do heroísmo, dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir. Consolidamos a independência de nossa Pátria. Não a pode-

mos consolidar em poucos dias, talvez nem em poucos lustros; mas inevitavelmente o faremos, se, inspirados pela nossa crença e pelo nosso patriotismo, com o tempo e paciência, com a vontade, despreendimento e dedicação, dando toda força do braço, potencialidade da inteligência e alegria do coração, a todos os longos e sublimes trabalhos que devemos empreender para que abençoando o sacrifício alcancemos o almejado. Evocando o heroísmo de nossos antepassados e em sucessivas gerações combatendo pela liberdade, integridade, pela justiça e pela glória, nem podemos imaginar que essa esplêndida construção de séculos possa ser desmantelada pelas forças dissolventes, inércia do comodismo, da ignorância, do servilismo, da preguiça moral, do egoísmo e do ódio.

Que o pensamento e a ação, o estudo, trabalho e a esperança, a confiança e o espírito, substituam sempre a inércia, o desânimo que jamais prevaleçam os despeitos, descontentamentos, as mesquinharias rivalidades as desmoralizadoras ambições que só vivem bem nos anais do caudilhismo e da desordem.

Que quando falarmos de Brasil, falemos do Brasil superior a todos os partidos e facções, do Brasil só e puro, essencial e íntegro abstrato, sagrado e indiviso. O Brasil acima, além, fora das opiniões individuais ou de facções. Respeitemos as opiniões, desde que sejam sinceras, contanto que não quebrem, com anarquia e a violência, a unidade da família e a indispensável existência da Pátria.

Degladie-se com decência os partidos, as correntes de opiniões, no exercício do regime democrático, mas que o Brasil fique acima de peleja, que a bandeira fique superior às taboetas das facções.

Que essa porfia seja a busca desse Brasil.

Sejamos todos brasileiros sinceros e patriotas. Que no conflito de opiniões, o ideal de todas as facções seja o mesmo; a construção de uma Pátria ativa e unida, povoada de cidadãos modestos e dignos, homens bravos e generosos, briosos e justos. Triste e amedrontadora é a inexistência do ideal em muitos. Sem ideal não há nobreza de alma, sem nobreza de alma não há desinteresse, sem desinteresse não há coesão, sem coesão não há Pátria.

Deve existir uma corrente de solidariedade, de crença comum e de entusiasmo, congregando todo povo, em uma aspiração.

Hoje a indiferença é para alguns a lei moral, o interesse próprio, o único incentivo. Cada um quer viver sozinho, crescer, prosperar, brilhar, enriquecer depressa, seja como for, através de todas as traições, por cima de todos os escrúpulos. Assim a corrente é rompida, a comunhão desfaz-se e transforma-se em acampamento bárbaro e mercenário, governado pelo conflito das cobijas individuais. E alguns políticos profissionais, pastores egoístas do rebanho tresmalhado, nada fazem para impedir a dispersão quando não se aproveitam do rogarbofe generalizado, quando não se locupletam, emitando a gula comum e apenas se contentam com a passiva e ridícula vaidade, do mando fictício. Nesta terra opulenta de tantos contrastes, devemos protestar com o desinteresse, com a convicção, com a renúncia, com amor, contra a mesquinha e o egoísmo, o ódio, e a baixeza da indiferença. Sejamos fortes moralmente para que sejamos bons, de modo que o Brasil, sendo já uma maravilha do mundo pela sua formosura natural, venha a ser uma glória da civilização humana, pela sua ordem, pela sua energia e pela sua grandeza. Devemos encontrar em cada passo, uma vontade, uma vibração, um impulso, uma resistência, uma coragem, uma dedicação. Um dia seremos julgados e quando desaparecermos da terra, nela ficaremos não com os nossos nomes passageiros, e com as nossas fisionomias fugitivas, mas com os gestos de energia, os atos de nobreza, as palavras de justiça e bondade, que tivermos semeado sobre o seio da Pátria, nossa mãe e nossa filha ao mesmo tempo, mãe pela vida que nos deu, e filha pelo amparo que recebeu do nosso esforço carinhoso. Essa Pátria do presente é como uma grande árvore de longas e profundas raízes, aferrando-se no mais remoto e secreto anseio da terra, no âmago do solo consagrado pelo tempo, lavrado pelo sacrifício de muitas gerações. A sua copa livre, autônoma, soberana, mostra aos céus a sua grandeza e a sua

independência, mas deve também reconhecer e abençoar a nobreza dos séculos que a robusteceram. Com toda alma, com toda crença, com toda esperança, saudamos o passado glorioso do Brasil, o presente difícil e decisivo que enfrentamos e o amanhã incomparável, que viverá no orgulho dos nossos descendentes, a grande Pátria que será forte para ser boa, armada para ser justa e rica para ser generosa.

(Palmas) (Sem revisão do Orador).

O SR. HAROLDO LEON PERES — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Borsari Neto, para falar em nome da Bancada da ARENA.

O SR. BORSARI NETO — (Lendo): "Exmo. Sr. Dr. Haroldo Leon Peres, mui digno Governador do Estado; Exmo. Sr. Deputado Wilson Fortes, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Desembargador Alceste Ribas de Macedo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Exmo. Sr. General de Divisão, Ayrton Pereira Tourinho, Comandante da 5a. Região Militar e 5a. Divisão de Infantaria; Exmo. Revmo. D. Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano; Exmo. Sr. Roland Zimmermann, Cônsul Geral da Alemanha e Presidente da Sociedade Consular do Paraná; Exmo. Sr. General de Brigada Antônio Ferreira Marques, Comandante da Infantaria Divisionária da 5a. Região Militar; Exmo. Sr. General de Brigada Hermann Bergqvist, Comandante da Artilharia Divisionária da 5a. Região Militar; Exmo. Sr. Professor Algacyr Munhoz Mader, Magnífico Reitor da Universidade do Paraná; Exmo. Sr. Dr. Zeferino Mozzato Krukoski, Presidente do Tribunal de Alçada; Exmo. Sr. Deputado Ivo Tomazoni, 1.º Secretário da Casa; Exmo. Sr. 2.º Secretário Quielise Crisóstomo; Exmos. Srs. Secretário de Estado; Exmos. Srs. Deputados; Demais Autoridades, senhoras, senhores, que estão nos honrando com suas presenças.

Ontem, hoje e sempre Brasil, é a expressão que nos leva a reviver o ontem nas solenidades comemorativas à Independência do Brasil, como um encontro de recordação, reverência e gratidão às memórias, definitivamente inscritas na história de nosso País, daqueles que o tiraram da situação de colônia para ser Pátria independente.

Recordamos que o povo brasileiro não quis nunca ser escravo, sempre desejou ser senhor de si, numa demonstração de sua índole e de sua vocação de liberdade.

Vemos no raiair de nossa manhã histórica, desde os primeiros dias de nossa colonização, ainda em sua infância, que o Brasil, cedo e muito cedo, iniciou os movimentos para quebrar a tutela reinante.

Tendo a consciência de seu papel no mundo e desejando indicar seu próprio Rei, já em 1641, o brasileiro determina o episódio da aclamação de Amador Bueno de Ribeira, em São Paulo.

Sucedem-se a rebelião do Monopólio, no Maranhão; a revolução dos negros do quilombo dos Palmares; a guerra dos Emboabas, pelos paulistas e mineiros; em 1710, a Guerra dos Mascates, pelos pernambucanos e nos últimos decênios do mesmo século, aquele que despertou no coração dos oprimidos a ansia de liberdade, Tiradentes, na Inconfidência Mineira, mostrando que o ideal de liberdade vale mais que a própria vida.

Estabelece-se, em 1817, por algum tempo, em Pernambuco, governo independente e republicano e surge, a seguir, a rebelião do Fico. Era o Brasil mostrando ser senhor de sua vontade e dos seus destinos.

Estava dado o enorme passo e tendo como grande preparador José Bonifácio, o Sete de Setembro, no grito de "Independência ou Morte", dado por D. Pedro I, como se quisesse ser ouvido pelo mundo inteiro, quebra todos os elos que nos prendiam à Corte.

Mercê da marcha incontida do tempo, o ontem, pontilhado de lutas, sacrifícios e vitórias, registra a evolução do nosso povo.

Esse ontem, rapidamente recordado nos possibilitou o hoje, marcado indelévelmente pela Revolução de março de 1964, onde os governantes, os mili-

tares, os religiosos, os técnicos e o povo trabalham unidos pela mesma causa, e se entendem na coragem maior de assumir as responsabilidades pelos caminhos de nossa República Federativa. Coragem de assumir responsabilidades cujos melhores testemunhos nós encontramos: nas decisões governamentais, delineadas pelos Presidentes Castelo Branco, Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, que permitiram, em curto espaço de tempo, no crescente ritmo de nossa história, empreendimentos tão relevantes como a consolidação da revolução; a implantação de novas estruturas em todos os setores da vida brasileira; as reformas agrárias, administrativas e tributária; a criação do Banco Nacional de Habitação; a criação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, unificando a Previdência Social; a recuperação da Marinha Mercante e do Sistema Ferroviário; o incremento da produção de energia elétrica; o avanço nas telecomunicações; o Plano Nacional de Educação e Reforma Universitária; a participação dos trabalhadores nos benefícios do desenvolvimento; a abertura de rodovias como a Transamazônica; o combate ao uso dos tóxicos, e sobretudo as condições de paz e trabalho, lastreadas em instrumento político-administrativo que retomou, em todos os setores brasileiros, novo alento; — na reafirmação de coesão das Forças Armadas, sistema de defesa eficaz de nossa soberania, de nossa integridade e de nossos valores supremos; realçando-se, também, a realidade cívica da integração existente entre o soldado e o civil; — na maturidade tecnológica, financeira e empresarial da iniciativa privada, destacada pela eficiência, flexibilidade e dinamismo de notáveis empreendimentos.

Foi o ontem e é este hoje que, descortinando por graça de Deus uma imagem nova deste País, deverão realçar o sempre Brasil.

O sempre Brasil, das gerações dedicadas ao estudo e ao trabalho, que almejamos tenha em seu bôjo a consciência dos objetivos nacionais de integridade territorial, de soberania, de progresso, de integração nacional, de democracia e de paz social.

A consecução desses objetivos, no sempre, que trazem em seu conteúdo o bem comum, demandam a manutenção dos sadios objetivos já conquistados ontem e hoje e o esforço da comunidade brasileira empregando todos os recursos e valores na sua plenitude, pois "O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever".

A Aliança Renovadora Nacional, desta Casa de Leis, que sumamente honrado tenho a satisfação de hoje representar desta Tribuna, congratula-se com estes dias em que civis, religiosos e militares, homens de empresa, administradores públicos e trabalhadores recordam, com reconhecimento, os vultos históricos de nossa independência e homenageia as altas autoridades e o povo que prestigiam, com suas honrosas presenças nesta solenidade, este Poder Legislativo". (Sem revisão do Orador).

(Assumiu a Presidência o Sr. Wilson Fortes).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência deseja agradecer o comparecimento, sumamente honroso do Exmo. Sr. Dr. Haroldo Leon Peres, Governador do Estado do Paraná, do Exmo. Sr. Desembargador Alceste Ribas de Macedo, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, do Exmo. General de Divisão Ayrton Pereira Tourinho, Comandante da 5.ª Região Militar e da 5.ª Divisão de Infantaria, do Exmo. Reverendíssimo Sr. Dom Pedro Felício, Arcebispo Metropolitano, do Exmo. Sr. Roland Zimmermann, Consul Geral da Alemanha e Presidente da Sociedade Consular do Paraná, do Exmo. Sr. General de Brigada Antonio Ferreira Marques, Comandante da Infantaria Divisionária da 5.ª Região Militar, do Exmo. Sr. General de Brigada Hermann Bergqvist, Comandante de Artilharia Divisionária da 5.ª Região Militar; do

Exmo. Sr. Prof. Algacyr Munhoz Mäder, Magnífico Reitor da Universidade do Paraná; do Exmo. Sr. Dr. Zeferino Mözzato Krukoski, Presidente do Tribunal de Alçada, dos Exmos. Srs. Secretários de Estado. Também às demais autoridades, civis, militares e eclesiásticas, que nos honram com sua presença, endereçamos penhorados agradecimentos, que estendemos, igualmente, às demais pessoas que, aqui vindo, muito nos satisfizeram e tanto abrilhantaram esta solenidade.

Ao encerrar esta sessão comemorativa da data magna da Pátria Brasileira, confessamos revigorado o sentimento de amor ao nosso heróico passado histórico, às nossas ricas e imperecíveis tradições, aos construtores da nacionalidade, como sentimos renovada a confiança na gente brasileira, nas suas lideranças e nas suas instituições; assim como aprofundamos a crença nos altos destinos do Brasil e na intocável herança de fé Cristã e liberdade, que nos foi legada.

Que a cadência dos tambores das presentes comemorações cívicas, marque o ritmo da marcha da nacionalidade rumo ao seu glorioso futuro.

Levanta-se a sessão.

(Palmas).

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 145.^a Sessão Ordinária
Realizada em 3 de setembro de 1971 — (Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramela, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Emílio Garazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Francisco Escorsin, Gabriel, Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Cândido Martins de Oliveira, Hélio Manfrinato, Paulo Poli e Pinto Dias (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais,

REQUER

C registro, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Irland Goddoy, ocorrido nesta Capital, em data de ontem.

O extinto era filho do Dr. Arlindo Goddoy, elemento dos mais prestígio-
s da alta administração da Secretaria de Segurança Pública, e de Dona
Maria José Goddoy, já falecida, Professora das mais conceituadas do Ma-
gistério Paranaense.

Membro de tradicional família, o seu falecimento repercutiu intensamen-
te na sociedade curitibana.

Requer, outrossim, que da manifestação da Casa seja dado conheci-
mento à família enlutada, na pessoa do seu pai, à Rua Martins Afonso, 188,
Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1971.

(aa) **Gilberto Carvalho**
Borsari Netto